
PLANO DE INTERVENÇÃO NO ESPAÇO RÚSTICO



COMPLEXO DE LAZER DA FALPERRA

Termos de Referência

JANEIRO DE 2020

MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR

Divisão de Ambiente e Urbanismo | Setor de Planejamento e Ordenamento do Território

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. ANTECEDENTES.....	2
3. DEFINIÇÃO DA OPORTUNIDADE.....	2
4. BASE PROGRAMÁTICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOLUÇÃO URBANÍSTICA	3
5. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	3
6. ENQUADRAMENTO LEGAL DO PLANO	5
6.1 Plano de Intervenção no Espaço Rústico.....	5
6.2 Avaliação Ambiental	6
7. ENQUADRAMENTO DO PIER NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL.....	6
7.1 Enquadramento na Planta de Ordenamento.....	6
7.2 Enquadramento na Planta de Condicionantes.....	7
8. CONTEÚDO MATERIAL E DOCUMENTAL DO PLANO	7
9. CALENDARIZAÇÃO	8

1. INTRODUÇÃO

O presente documento consubstancia os termos de referência para a elaboração do Plano de Pormenor, na modalidade específica de Plano de Intervenção no Espaço Rústico para o Complexo de Lazer da Falperra, adiante abreviadamente designado por PIER ou Plano.

Trata-se de uma Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG), identificada e delimitada na Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Pouca de Aguiar, publicado pelo Aviso n.º 12613/2012, de 20 de setembro, cuja execução deve ser garantida através da elaboração de um Plano de Pormenor.

Pretende-se com a elaboração do PIER desenvolver e concretizar propostas de ocupação da UOPG, orientando as intervenções para a prossecução de objetivos específicos dessa unidade.

2. ANTECEDENTES

Em reunião de Câmara Municipal de 26 de junho de 2014, foi deliberado proceder à elaboração dos planos de pormenor para as 14 UOPG identificadas e delimitadas na Planta de Ordenamento do PDM de Vila Pouca de Aguiar, num prazo de 730 dias, deliberação publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 84, de 30 de abril de 2015, através do Aviso n.º 4745/2015.

O procedimento iniciou com a elaboração de 8 dos 14 planos de pormenor, tendo sido necessário prorrogar o prazo para possibilitar a conclusão dos planos.

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, o prazo foi prorrogado por período igual ao previamente estabelecido (730 dias), tendo terminado a 2 de maio de 2019.

Contudo, e como o PIER do Complexo de Lazer da Falperra não está concluído, até porque dos 8 planos foi o último a ser iniciado, e tendo caducado o procedimento, torna-se necessário iniciar novo procedimento com vista à sua conclusão.

3. DEFINIÇÃO DA OPORTUNIDADE

A oportunidade de elaboração deste Plano surge da necessidade de dinamizar e requalificar o espaço envolvente à barragem da Falperra, ou também designada albufeira do Alvão, por se tratar de uma extensa zona verde, integrada numa paisagem natural de elevada beleza e com elevado potencial turístico.

As intervenções a desenvolver com o Plano assentam, essencialmente, no aproveitamento do valor turístico do local, nas potencialidades que este detém para a prática de diversas atividades,

nomeadamente de recreio e lazer, e na implementação de equipamentos públicos de apoio à barragem, tendo em conta a afluência de pessoas ao local.

Pretende-se assim valorizar a área objeto do Plano, desenvolvendo o contacto com a natureza, uma vida saudável, um meio de sociabilização, responsabilização dos cidadãos, de atração de turistas e de novos investimentos na região.

4. BASE PROGRAMÁTICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOLUÇÃO URBANÍSTICA

O PIER do Complexo de Lazer da Falperra visa estabelecer para a área abrangida as regras para uma intervenção integrada de planeamento que tem como objetivos programáticos:

- Valorização de toda a zona envolvente à barragem da Falperra;
- Promover a requalificação ambiental e paisagística de todo o espaço envolvente à barragem;
- Aproveitamento do potencial turístico, através da instalação de empreendimentos turísticos, articulados e integrados na paisagem envolvente;
- Valorizar e potenciar as atividades de recreio e lazer;
- Implementação de equipamentos de uso coletivo de apoio à barragem da Falperra;
- Criação de vias de circulação pedonal e de circulação viária interna e melhoria das acessibilidades já existentes;
- Dinamizar e renovar o lugar, aumentando a sua salubridade, com as características típicas de um espaço promotor de vida social, contribuindo para uma melhoria da qualidade de vida, priorizando e incentivando o contacto com a natureza e atividades de recreio e lazer;
- Renovar este que já é um polo de atração turística para o concelho de Vila Pouca de Aguiar, aumentando a sua capacidade atrativa à população de todo concelho, bem como de novos visitantes;
- Definir as várias unidades de execução.

5. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área sujeita a Plano de Pormenor abrange uma superfície territorial de aproximadamente 50,77 hectares e abrange as freguesias do Alvão (6,15%), Soutelo de Aguiar (91,89%) e Vila Pouca de Aguiar (1,96%) do concelho de Vila Pouca de Aguiar (Figura 1).

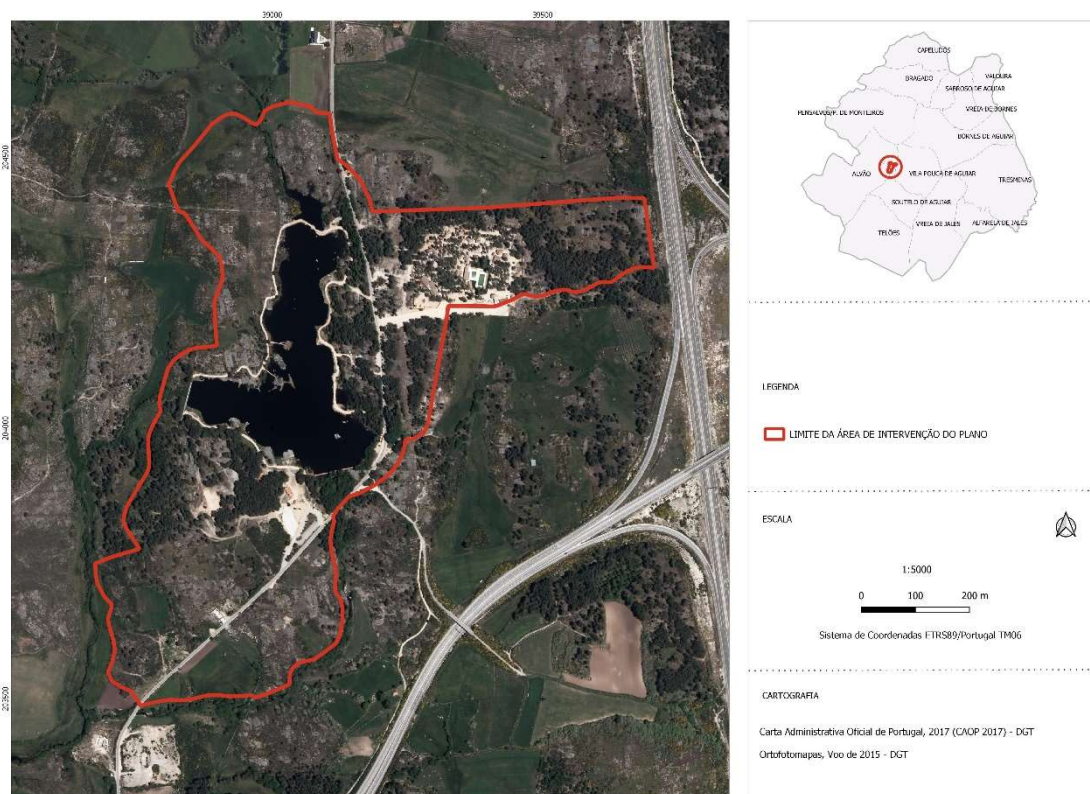


Figura 1: Enquadramento territorial da área do Plano

Constitui uma extensa zona verde integrada na paisagem natural da serra do Alvão e envolve a barragem da Falperra (Figura 2). A área de intervenção está incluída no Sítio de Interesse Comunitário Alvão/Marão (SIC Alvão/Marão), criado no âmbito da Rede Natura 2000 cuja finalidade é assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para a redução da perda de biodiversidade.



Figura 2: Enquadramento da área de intervenção na serra do Alvão

6. ENQUADRAMENTO LEGAL DO PLANO

O PIER é elaborado de acordo com a legislação em vigor, tendo por base a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBSOTU), a Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, bem como o PDM de Vila Pouca de Aguiar, publicado pelo Aviso n.º 12613/2012, de 20 de setembro.

A área de intervenção localiza-se em solo rústico pelo que será elaborado um Plano de Pormenor na modalidade específica de Plano de Intervenção no Espaço Rústico, nos termos dos artigos 103.º e 104.º (modalidade específica), 102.º (conteúdo material) e 107.º (conteúdo documental) do RJIGT.

Conforme dispõe o artigo 76.º do RJIGT, a deliberação da Câmara Municipal que determina a elaboração do Plano estabelece os prazos para a elaboração, o período de participação pública preventiva e define a oportunidade e os termos referência do Plano, pelo que deve ser acompanhada do presente documento.

6.1 Plano de Intervenção no Espaço Rústico

A figura de plano de intervenção no espaço rústico foi pormenorizada com a publicação do RJIGT. Este tipo de plano abrange solo rústico e estabelece as regras relativas a:

- Construção de novas edificações e reconstrução, alteração, ampliação ou demolição das edificações existentes, quando tal se revele necessário ao exercício das atividades autorizadas no solo rústico;
- Implantação de novas infraestruturas de circulação de veículos, animais e pessoas, e de novos equipamentos públicos ou privados de utilização coletiva, e a remodelação, ampliação ou alteração dos existentes;
- Criação ou a beneficiação de espaços de utilização coletiva, públicos ou privados, e respetivos acessos e áreas de estacionamento;
- Criação de condições para a prestação de serviços complementares das atividades autorizadas no solo rústico;
- Operações de proteção, valorização e requalificação da paisagem natural e cultural.

O plano de intervenção no espaço rústico não pode promover a reclassificação do solo rústico em urbano.

6.2 Avaliação Ambiental

Em simultâneo com a elaboração do PIER é efetuada a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), em cumprimento do artigo 78.º do RJIGT, conjugado com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, com o objetivo de apoiar a sustentabilidade ambiental das soluções propostas e incorporar valores ambientais nos momentos de decisão.

Subjacente à AAE elencam-se as seguintes ações a executar:

- Determinar o âmbito da avaliação ambiental, bem como o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no Relatório Ambiental.
- Elaborar o Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico (RNT), que identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano, bem como alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial.
- Submissão a discussão pública do Relatório Ambiental, em simultâneo com a discussão pública do PIER.
- Emissão de Declaração Ambiental, na qual deve constar o descrito no n.º 1, alínea b) do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua atual redação, a disponibilizar e enviar às entidades previstas no mesmo artigo.

7. ENQUADRAMENTO DO PIER NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

Para além da articulação e enquadramento com outros instrumentos de gestão territorial de hierarquia superior, o PIER do Complexo de Lazer da Falperra deverá articular-se com os planos municipais de ordenamento do território eficazes, pelo que deve observar as disposições do PDM de Vila Pouca de Aguiar, publicado pelo Aviso n.º 12613/2012, de 20 de setembro.

7.1 Enquadramento na Planta de Ordenamento

Para a área objeto dos termos de referência, o PDM de Vila Pouca de Aguiar preconiza o seguinte:

- a) Unidade Operativa de Planeamento e Gestão n.º 8 – Complexo de Lazer da Falperra, rege-se pelo artigo 77.º;
- b) Estrutura Ecológica Municipal (solo rural), rege-se pelo artigo 24.º;
- c) Rede Viária – Itinerário Principal IP3/A24 e Estrada Municipal, rege-se pelo artigo 31.º;
- d) Solo Rural - Espaços Agrícolas ou Florestais, rege-se pelos artigos 36.º a 43.º;

- i. Espaços Agrícolas;
- ii. Espaços Florestais de Produção;
- iii. Espaços de Silvopastorícia.

7.2 Enquadramento na Planta de Condicionantes

Na área de intervenção do PIER, a Planta de Condicionantes identifica as seguintes condicionantes/servidões/restrições de utilidade pública que implicam limitações ao uso do solo:

- a) Domínio Hídrico;
- b) Reserva Ecológica Nacional (REN) – Áreas de máxima infiltração; Albufeira e respetiva faixa de proteção;
- c) Regime Florestal – Perímetro Florestal da serra do Alvão;
- d) Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- e) Rede Natura 2000 – Sítio Alvão/Marão – PTCON003;
- f) Rede Viária;
- g) Rede Elétrica;
- h) Áreas Florestais Percorridas por Incêndios.

8. CONTEÚDO MATERIAL E DOCUMENTAL DO PLANO

O PIER deverá integrar e definir todos os elementos tidos como necessários ao completo entendimento do modelo de organização territorial proposto e à sua operacionalização futura.

Assim, e considerando o disposto no RJGT, os elementos que constituem e acompanham o Plano são os seguintes:

Elementos constituintes:

- Regulamento;
- Planta de implantação, que representa o regime de uso, ocupação e transformação da área de intervenção;
- Planta de condicionantes que identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento.

Elementos complementares:

- Relatório contendo a fundamentação técnica das soluções propostas;
- Relatório ambiental;
- Peças escritas e desenhadas que suportem as operações de transformação fundiária previstas;
- Programa de execução das ações previstas e respetivo plano de financiamento;
- Planta de localização contendo o enquadramento do PIER no território municipal e envolvente;
- Planta da situação existente com a ocupação do solo;
- Planta ou relatório com a indicação dos alvarás de licença e dos títulos de comunicação prévia de operações urbanísticas emitidos, bem como das informações prévias favoráveis em vigor ou declaração comprovativa da inexistência dos referidos compromissos urbanísticos na área do Plano;
- Plantas contendo os elementos técnicos definidores da modelação do terreno, cotas mestras, volumetrias, perfis longitudinais e transversais dos arruamentos e traçados das infraestruturas;
- Relatório sobre a recolha de dados acústicos ou mapa de ruído;
- Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação;
- Ficha dos dados estatísticos.

9. CALENDARIZAÇÃO

O processo de elaboração do PIER do Complexo de Lazer da Falperra pressupõe um conjunto de procedimentos encadeados exigidos pela legislação aplicável e em vigor. A proposta de cronograma apresentada poderá sofrer ajustes dos prazos definidos pelo facto de haver vários fatores externos e não previsíveis que poderão ocorrer e influenciar o processo e a forma como se desenvolve. Não obstante, prevê-se a conclusão, aprovação e entrada em vigor do Plano no prazo máximo de 12 meses.

FASES	CRONOGRAMA DO PIER DO COMPLEXO DE LAZER DA FALPERRA											
	2020											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Participação Preventiva												
Deliberação de início de procedimento												
Participação pública preventiva												
Elaboração do Plano												
Diagnóstico e caracterização												
Definição da estratégia												
Elaboração da proposta de Plano												
Elaboração do Relatório Ambiental												
Conferência procedimental												
Discussão Pública (DP)												
Discussão pública												
Ponderação e divulgação dos resultados da DP												
Versão final do Plano												
Aprovação												
Aprovação												
Publicação												
Depósito e publicação												

Quadro 1: Cronograma do procedimento de elaboração do PIER do Complexo de Lazer da Falperra